

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar as práticas então denominadas educação sanitária no Brasil, desenvolvidas pelo Serviço de Propaganda e Educação Sanitária (SPES) e pelo Serviço Nacional de Educação Sanitária (SNES) entre as décadas de 1920 e 1940, privilegiando os contextos de criação, as práticas pedagógicas e os preceitos educativos defendidos por esses órgãos, destacando para o principal escopo analítico as publicações desses serviços.

A incorporação da educação sanitária nos programas de saúde que ocorreu no fim do século XIX e começo do XX, teve sua efetiva institucionalização a partir da década de 1920, com a criação do Serviço de Propaganda e Educação Sanitária (SPES), que mesmo diante de mudanças em sua estrutura e algumas de suas prerrogativas, não alterou substancialmente a finalidade principal do serviço que pautava-se em educar a população para os problemas de saúde.

Em substituição a SPES foi criado o Serviço Nacional de Educação Sanitária (SNES), em 1941, no bojo de uma ampla reforma institucional e administrativa, refletindo a aspiração de seus dirigentes de “formar na coletividade brasileira uma consciência familiarizada com problemas de saúde”. Sua criação marcou o processo de institucionalização da educação sanitária no Brasil e deu início a uma política de abrangência nacional ao lado de outros serviços também criados neste momento.

Nesse sentido, este estudo, visa analisar o processo de institucionalização da educação sanitária no Brasil entre os anos de 1920 e 1940, ressaltando as principais diferenças entre os serviços criados e suas finalidades, assim como as várias mudanças conceituais que a educação aplicada ao campo da saúde sofreu nas últimas décadas.

Palavras-chave: História, História da Saúde, Educação Sanitária.